

HISTÓRIA

GRITO DOS/AS EXCLUÍDOS/AS



HISTÓRIA

COMO SURTIU? COMO SE CONSTRÓI?

A proposta do Grito dos Excluídos e Excluídas surgiu em 1994, a partir do processo da 2ª Semana Social Brasileira, da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), cujo tema era *Brasil, alternativas e protagonistas*, inspirada na Campanha da Fraternidade de 1995, com o lema: *A fraternidade e os excluídos*.

Entre as motivações que levaram à escolha do dia 7 de setembro para a realização do Grito dos/as Excluídos/as estão a de fazer um contraponto ao Grito da Independência. O primeiro Grito dos Excluídos/as foi realizado em 7 de setembro de 1995, tendo como lema *A vida em primeiro lugar*, e ecoou em 170 localidades.

A partir de 1996, o Grito foi assumido pela CNBB que o aprovou em sua Assembleia Geral, como parte do PRNM (Projeto Rumo ao Novo Milênio - doc. 56 nº 129). A cada ano, se efetiva como uma imensa construção coletiva, antes, durante e após o Sete de Setembro.

Mais do que uma articulação, o Grito é um processo, é uma manifestação popular carregada de simbolismo, que integra pessoas, grupos, entidades, igrejas e movimentos sociais comprometidos com as causas dos excluídos. Ele brota do chão, é ecumênico e vivido na prática das lutas populares por direitos.

A proposta não só questiona os padrões de independência do povo brasileiro, mas ajuda na reflexão para um Brasil que se quer cada vez melhor e mais justo para todos os cidadãos e cidadãs. Assim, é um espaço aberto para denúncias sobre as mais variadas formas de exclusão.

MARCAS DO GRITO

A Criatividade, a Metodologia e o Protagonismo dos Excluídos são marcas do Grito, que privilegia a participação ampla, aberta e plural. Os mais diferentes atores e sujeitos sociais se

unem numa causa comum, sem deixar de lado sua especificidade.

Criatividade/Ousadia

A cada ano, o Grito tem um lema nacional, que pode ser trabalhado regionalmente, a partir da conjuntura e da cultura locais. As manifestações são múltiplas e variadas, de acordo com a criatividade dos envolvidos: caminhadas, desfiles, celebrações especiais, romarias, atos públicos, procissão, pré-Gritos, cursos, seminários, palestras, teatro, forrós...

Metodologia

O Grito não começa e nem termina no 7 de Setembro, porque não é um evento, mas um processo de reflexão e construção coletiva, que se dá durante todo ano. Privilegia a participação ampla, aberta e plural. Os mais diferentes atores e sujeitos sociais se unem numa causa comum, sem deixar de lado sua especificidade.

Protagonismo dos Excluídos

É fundamental que os próprios/as excluídos/as assumam a direção do Grito em todas as fases – preparação, realização e continuidade, o que ainda é um horizonte a ser alcançado.

PARCERIAS

O Grito foi concebido para ser um processo de construção coletiva. Hoje compõem a Coordenação Nacional: Comissão 8 da CNBB, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Cáritas Brasileira (CB), Central dos Movimentos Populares (CMP), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Pastoral Operária (PO), Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), Romaria dos/as Trabalhadores/as, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Rede Jubileu Sul Brasil, Juventude Operária Católica (JOC), Pastoral Afro Brasileira (PAB), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Pastoral da Mulher

Marginalizada (PMM), Rede Rua, Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), Pastoral da Juventude (PJ), Pastoral Carcerária (PCR), Serviço Franciscano de Assistência (SEFRAS) e continua aberto a quem quiser comprometer-se com o Grito.

POR QUE O 7 DE SETEMBRO?

Desde 1995, o Grito dos/as Excluídos/as acontece no dia 7 de setembro, dia oficial da comemoração da independência do Brasil. Nada melhor do que esta data para refletir sobre a soberania nacional, que é o eixo central das mobilizações do Grito.

Nesta perspectiva, o Grito se propõe a superar um patriotismo passivo em vista de uma cidadania ativa e de participação, colaborando na construção de uma nova sociedade, justa, solidária, plural e fraterna. O Dia da Pátria, além de um dia de festa e celebração, vai se tornando também em um dia de consciência política de luta por uma nova ordem nacional e mundial. É um dia de sair às ruas, comemorar, refletir, reivindicar e lutar. O Grito é um processo, que compreende um tempo de preparação e pré-mobilização, seguido de compromissos concretos que dão continuidade às atividades.

O Grito dos/as Excluídos/as não se limita às ações do dia 07 de setembro, mas é um processo que acontece antes, durante e depois de setembro. Esse processo de reflexão mobilizações acontece por meio de reuniões, lutas específicas do dia a dia, debates, formação de lideranças que ocorrem durante o ano e tem seu tempo mais forte no mês de setembro.

SUGESTÕES DE COMO ORGANIZAR O GRITO

- Garantir que os excluídos tenham participação efetiva na organização, divulgação e realização do Grito, definição de local, formas de manifestação etc;
- Onde ainda não há uma equipe coordenadora/animadora contribuir para sua criação;
- Buscar as Pastorais Sociais, Movimentos Sociais e demais entidades

para organizar uma equipe para coordenar, animar e dinamizar as Rodas de Conversa, os Pré-Grito, e o Grito nos bairros, cidades, dioceses, regiões;

- Que cada pastoral, movimento e entidade participante assuma a proposta e a construção do Grito na sua agenda, motive e divulgue em seus veículos de comunicação;
- Levar e discutir a proposta e o lema do Grito nas escolas, sindicatos, associações, igrejas, ONGs... Sempre buscando ampliar as parcerias;
- Incentivar a realização de concursos de redação, gincanas, teatros, exposições de fotos, programas de rádio, festivais de música, poesia, dança... sobre o lema do Grito;
- Organizar cursos, palestras, seminários e debates, tendo como objetivo elevar o nível de consciência do povo sobre estes temas;
- Priorizar a linguagem simbólica, criativa e poética aos discursos;
- Participar das lutas diárias como forma de melhor organizar e preparar o Grito dos Excluídos;
- Que os Gritos ecoados nas ruas e praças se tornem pautas de reivindicações junto aos poderes locais...

ESTRUTURA ORGANIZATIVA

O Grito dos/as Excluídos/as conta com uma Coordenação Nacional, Secretaria Nacional, Coordenações locais e estaduais. O diferencial é a rede de articuladores/as e voluntários/as espalhados/as pelos rincões do Brasil, que ajudam animar o processo de construção do Grito.

O Grito dos/as Excluídos/as tem uma organização diferente. Não tem personalidade jurídica própria, não tem sede própria, nem funcionários. O trabalho é desenvolvimento em parceria e conta com voluntários e militantes, o que representa uma das riquezas do Grito. A Secretaria Nacional funciona na

sede do SPM – Serviço Pastoral dos Migrantes. Para efeitos de prestação de contas, uma das entidades que fazem parte da coordenação nacional responde como pessoa jurídica.

OBJETIVOS

- ✓ Discutir com a sociedade o atual momento que vivemos no Brasil e no mundo, denunciando as estruturas opressoras e excludentes e as injustiças cometidas pelo sistema capitalista;
- ✓ Refletir coletivamente que este modelo de “desenvolvimento”, baseado no lucro e na acumulação privada, não serve para o povo, porque destrói e mata;
- ✓ Promover espaços de diálogo e troca de experiências para construir as lutas e a mudança, através da organização, mobilização e resistência popular;
- ✓ Lutar contra a privatização dos recursos naturais, bens comuns e contra as reformas que retiram direitos dos/as trabalhadores/as;
- ✓ Ocupar os espaços públicos e exigir do Estado a garantia e a universalização dos direitos básicos;
- ✓ Promover a vida e anunciar a esperança de um mundo justo, com ações organizadas a fim de construir um novo projeto de sociedade.

EIXOS DO GRITO 2019

1) SISTEMA CAPITALISTA

O estilo de vida que vivemos é fruto de propaganda contínua que estimula o consumo exagerado. Consumimos o que não precisamos, destruindo a natureza, impondo a nós mesmos a necessidade de consumir para ser feliz. Que sistema é esse? Estamos falando do sistema financeiro, dos bancos, das bolsas de valores, que submetem as economias dos países aos seus modelos próprios de acúmulo, lucro e riqueza, tornando-as reféns dos seus interesses. Junto ao sistema financeiro, o sistema político de concessões legislativas que ameaça a vida das pessoas e o meio ambiente, e que, mais cedo ou mais tarde, gera mortes e degradação.

O governo atual ainda pretende vender as riquezas do país, privatizando empresas e bancos públicos, além de serviços básicos como saúde e educação. Que mal tem a privatização? Significa que aquilo que é de responsabilidade do Estado será vendido a preço baixo para pagamento de juros e amortizações da dívida pública. O que gera lucros para outros países e empresas que passam a explorar esses serviços, cobrando mais caro da população brasileira e restringindo aos que podem pagar por eles. Exemplo disso é a Vale (empresa que tem gerado crimes como os de Mariana e Brumadinho). Ela foi privatizada e hoje trabalha sem nenhuma, ou quase nenhuma, fiscalização do Estado.

As empresas que estimulam o consumo o fazem pelo dinheiro e pelo poder, controlam governos, sem pensar na sociedade, no desenvolvimento humano ou mesmo na natureza, nos bens comuns que sofrem os efeitos desta ganância. Estamos diante de um novo crime ambiental. Em Brumadinho (MG), mais uma vez milhares de pessoas foram atingidas, centenas perderam suas vidas e a natureza foi devastada, impactada de modo ainda não dimensionado. Passados mais de três anos do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, no mesmo estado, há a mais completa impunidade e a Vale não hesita em causar novos crimes. É, portanto, reincidente e responsável por mais essa tragédia social, ambiental e econômica.

O povo que já foi escravizado, assassinado e confinado em espaços de trabalho indignos, com esse sistema perverso, hoje vem sendo excluído e lançado à própria sorte. A ganância é tanta que para ampliar seus lucros, as empresas adotam práticas que põem em risco os trabalhadores, a natureza e a sociedade como um todo. Essa é uma herança histórica. Os serviços desse modelo de exploração tomaram o poder e sinalizam com a retirada de direitos conquistados pela classe trabalhadora através de muita luta.

A reforma trabalhista em vigor, o congelamento dos gastos sociais por 20 anos que impactam diretamente na saúde, educação e, agora, a “nova” previdência são exemplos claros da intenção de piorar as condições de trabalho e descartar as pessoas depois de explorá-las ao máximo, não garantindo condições mínimas de sobrevivência e dignidade.

Vemos as empresas substituindo o trabalho humano por máquinas, sem considerar a possibilidade de reinserção do/a trabalhador/a por meio de um processo educacional, e quando enfrentam dificuldades, seja legal ou

econômica, não pensam duas vezes em transferir suas estruturas para países que aceitem suas condições degradantes. O resultado disso são milhões de desempregados e uma multidão de pessoas em situação de rua ou encarceradas que escancaram o aumento da desigualdade social no Brasil. Os meios digitais, que possibilitam maior participação política e facilitam o acesso ao conhecimento, vêm sendo utilizados por radicais que criam clima de ódio contra pobres, negros, mulheres, LGBTI, indígenas, comunidades ribeirinhas, trabalhadores rurais, quilombolas, imigrantes, ciganos e todos aqueles que ousam resistir e se opor às suas ideias.

Parte da população atingida por esse discurso não se dá conta disso o que enfraquece o combate no campo das ideias, endossando, muitas vezes, os discursos radicais que incentivam a divisão e o ódio. O resultado de toda essa exclusão e violência é a miséria, a fome, a morte que diariamente nos assombram neste processo produtivo predatório que agride a natureza e avança cada vez mais sobre áreas ainda preservadas.

2) JUSTIÇA

“Serás libertado pelo direito e pela justiça” (Is 1, 27). No Brasil dizemos popularmente que “tem lei que pega e lei que não pega”, alguns especialistas dizem que isso é resultado de um sistema de leis historicamente autoritárias que não contemplam as necessidades da população – pobre, negra, periférica, trabalhadora, mulheres, minorias, e sim de apenas uma parcela mais rica e branca. O rico tem condições de se defender e tem toda a sua versão considerada por um tribunal, enquanto o pobre é condenado antes mesmo do julgamento. Portanto, ainda não temos justiça que liberta e direito que protege os pobres.

Diante de tanta impunidade que estamos vivenciando no cotidiano (crimes da Vale, da Samarco, dos assassinatos de defensores de Direitos Humanos, como Marielle, etc), aliada à conivência dos órgãos públicos, percebemos a autorização para que novos crimes aconteçam. Precisamos urgentemente debater que sistema de justiça e proteção queremos. O conhecimento sobre os direitos não é devidamente estimulado durante a educação formal, isso dificulta ainda mais a relação entre sociedade e justiça.

A educação universitária sempre foi privilégio de poucos e, mesmo com

os avanços dos últimos anos, ainda é pequeno o acesso das classes menos favorecidas: negros, mulheres, indígenas ou dos mais pobres aos cursos de Direito e, conseqüentemente, dos concursos para juízes. Quem nos julga se acha superior e, muitas vezes, está tão certo de sua superioridade que carrega preconceitos de toda ordem, comprometendo a imparcialidade que a justiça necessita. Grupos fundamentalistas religiosos, militares, entre outros serviçais dos poderosos, atacam a Constituição cidadã de 1988 de uma forma nunca vista, com adesão de parte do Congresso Nacional, na tentativa de retirar direitos básicos e democráticos conquistados à custa de muitas lutas e vidas, em um passado recente.

3) DIREITOS

O povo trabalhador é quem constrói a riqueza desse país e precisa ser respeitado, ter seus direitos garantidos. Essa foi uma conquista alicerçada na Constituição de 1988 a partir de muita luta. Não podemos retroceder. A todo o momento, querem tirar nossos direitos com reformas e emendas à Constituição, sem consulta e debate popular. Estamos diante de um sistema devastador que explora e precariza o direito dos mais empobrecidos.

A reforma trabalhista não trouxe novos empregos (como era prometido), a terceirização tem feito o maior número de vítimas em acidentes de trabalho (80% das mortes), a Emenda Constitucional 95 do teto de gastos, por 20 anos para os direitos sociais, já afeta a educação e a saúde. A reforma da previdência, se aprovada, multiplicará a miséria, reduzirá a qualidade de vida dos empobrecidos e muitos não conseguirão se aposentar. Enquanto isso, militares, juízes, ministros, deputados, senadores e empresas devedoras da Previdência continuam com privilégios. É importante observar que o teto de gastos atinge somente os direitos sociais e não os gastos com a dívida pública, não limita os privilégios de juízes e congressistas como o auxílio moradia, os cartões ilimitados da presidência da República, por exemplo.

No caso dos atingidos em Brumadinho, as pessoas precisam se mobilizar para ter acesso à água, não conseguem mais tirar o sustento da pesca e da agricultura, entre outras dificuldades, e a empresa não os reconhece como vítimas. As decisões judiciais adiam os pagamentos de indenizações ou estabelecem valores irrisórios que não atendem as reparações necessárias

equivalentes aos seus modos de vida, perdas e sofrimentos.

Quando falamos de direitos, nos referimos aos direitos básicos (alimento, moradia, água) de todas e todos para sobreviver com o mínimo de dignidade. Direitos que nos colocam em situação de igualdade social numa sociedade democrática. Mas, estamos longe disso. Os empobrecidos, a classe trabalhadora, não têm o mesmo acesso aos direitos que os enriquecidos, a classe burguesa, cheia de privilégios. Para além disso há grupos sociais mais vulneráveis à negligência dos direitos e sujeitos à violência que lhes tiram a vida. Estamos falando dos jovens negros e negras das periferias, das mulheres encarceradas, das crianças empobrecidas e abandonadas, dos LGBTI, dos povos indígenas, camponeses, migrantes e imigrantes, ciganos, quilombolas, ribeirinhos, pessoas em situação de rua.

Na origem de todos esses está a classe trabalhadora, que tudo constrói nessa sociedade serviçal. Lutar por direito é o que nos coloca de cabeça erguida nas ruas, nos conselhos de direitos, nas câmaras legislativas, nos tribunais, diante de autoridades políticas, econômicas, jurídicas. Direitos não se negociam, os exigimos na integralidade, na universalidade. Lutar por direitos não é crime! Mas, é preciso também construir uma consciência de direitos, de classe trabalhadora, a partir de relações de vida, de solidariedade, de comunhão, de equidade, de valores humanos acima de tudo.

4) LIBERDADE

A liberdade de expressão foi uma conquista histórica através das lutas do povo. O cerceamento a esse direito é uma violação que produz violência. A liberdade é um dos princípios da democracia. O direito de ir e vir, de ficar, de falar, de manifestar-se, de ser oposição. No exercício da liberdade democrática deve prevalecer o respeito às diferentes formas de pensar. Como diz a escritora inglesa Evelyn Beatrice Hall, autora de uma biografia do pensador Voltaire, “posso não concordar com nenhuma das palavras que você disser, mas defenderei até a morte o direito de você dizê-las”. “Nascemos livres pra crescer na vida, não pra ser pobres e viver na dor” é o canto das comunidades.

Temos assistido em nossa sociedade muitos casos de opressão, de manipulação, de cerceamento do direito das pessoas manifestarem-se em suas diversas formas: pensamentos, atos, palavras, etc. Isso não Vale! Tem muita

coisa que Não Vale! Não vale o machismo, a opressão, a corrupção. Não vale a exploração, o suborno, a violência. Não vale nenhuma forma de preconceito, nenhuma arma ou intimidação.

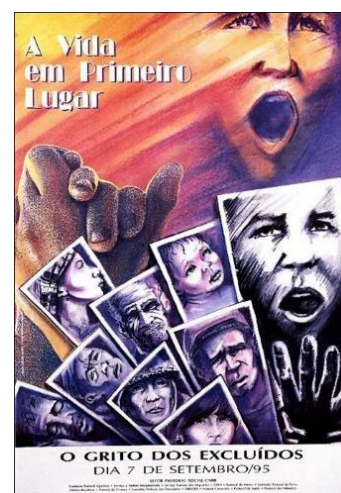
Não à militarização dos nossos territórios, das nossas periferias. Não ao racismo e à xenofobia! Livres, defendemos a união, a sabedoria, o direito de ser e se manifestar. Em um país verdadeiramente democrático tem que valer a justiça, a consciência de classe, a solidariedade, a partilha. Tem que valer o respeito, a inclusão de todas e todos, a organização comunitária popular, a economia solidária, a participação política e social das trabalhadoras e trabalhadores empobrecidos. No Brasil, tem que valer a luta das juventudes, das mulheres da cidade e do campo, em defesa de um verdadeiro estado democrático de direito.

CARTAZES/LEMAS

1995

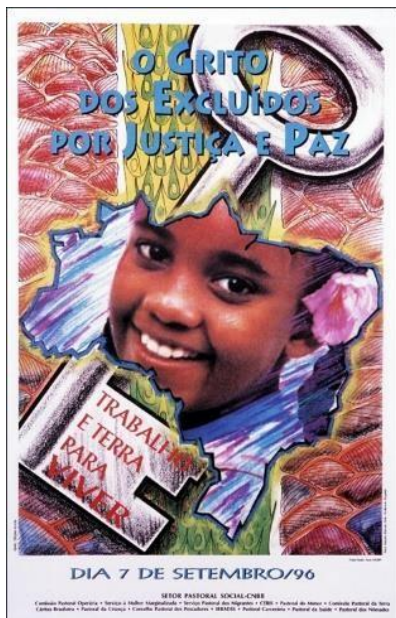
A Vida em primeiro lugar

Em 1995, o lema do 1º Grito dos/as Excluídos/as: **A Vida em primeiro lugar**. A iniciativa surgiu das Pastorais Sociais em 1994, em vista da Campanha da Fraternidade, que apresentava o tema: “A fraternidade e os excluídos”. Aconteceu em mais de 170 cidades e teve como símbolo uma panela vazia.



1996

Trabalho e Terra para viver

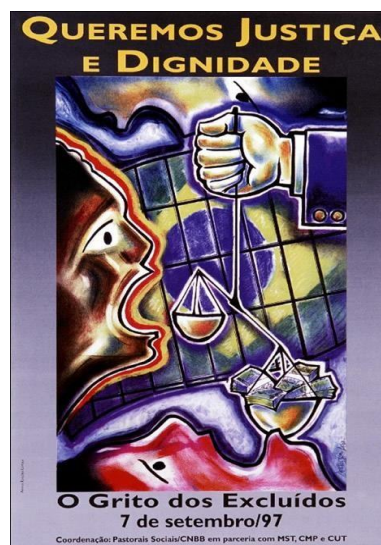


Neste ano, o Grito passou a fazer parte do Projeto Rumo ao Novo Milênio, com a aprovação dos bispos do Brasil, em assembleia da CNBB. A Campanha da Fraternidade foi sobre política. As parcerias foram ampliadas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central de Movimentos Populares (CMP) passaram a integrar a coordenação nacional. Foram realizadas manifestações em 300 cidades. O símbolo do Grito foi uma chave, estimulando à reflexão de que o trabalho é a chave da questão social.

1997

Queremos justiça e dignidade

Acompanhando a Campanha da Fraternidade que refletiu a questão dos encarcerados, o Grito aconteceu em cerca de 700 cidades.



1998



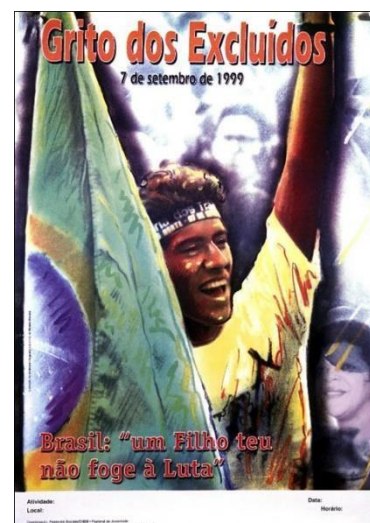
Aqui é o meu país

O Grito trabalhou o tema da Campanha da Fraternidade sobre a **Educação**, e seguiu ampliando as parcerias, com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. As manifestações ocorreram em mais de 1000 cidades. O símbolo foi uma sacola vazia com os dizeres: “A ordem é ninguém passar fome”.

1999

Brasil: um filho teu não foge à luta

A organização coletiva do Grito dos/as Excluídos/as contou com a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Neste ano o Grito rompeu fronteiras e aconteceu, no mês de outubro, em vários países da América Latina e do Caribe.



2000

Progresso e Vida Pátria sem Dívida\$

Junto com a realização do Plebiscito Nacional da Dívida Externa em todo Brasil, o Grito reforça o fato de que, apesar das dificuldades, nosso povo não tem parado de lutar, buscando conquistar a independência, dividir o poder e a riqueza e construir uma Pátria livre. Um Brasil com igualdade e justiça social. A experiência do Grito continuou e ganhou caráter continental.



2001

Por amor a essa Pátria Brasil



No contexto da economia globalizada e da pressão dos organismos financeiros internacionais, o Grito enfoca a soberania e independência nacional. Frente à globalização da economia, propõe a globalização da solidariedade, no sentido de manter vivos e ativos os sonhos, esperanças e utopias. Também valoriza os tesouros da cultura popular, o protagonismo dos excluídos e incentiva a criatividade, bem como a construção de um projeto popular para o Brasil.

2002

Soberania não se negocia

O Grito aconteceu por ocasião da realização do Plebiscito Nacional contra a ALCA, em todo o Brasil, momento este de tentar manter a soberania nacional, face a imposição do capitalismo norte-americano nos países da América Latina e seus povos. A luta e organização é a favor de uma nação livre, soberana e independente e por uma economia fundamentada na justiça, na solidariedade e na paz. O Grito denunciou que a Pátria estava sendo negociada, na ALCA, sem o conhecimento do povo do que está sendo comprometido. Cada voto do plebiscito significou uma voz e um



2003

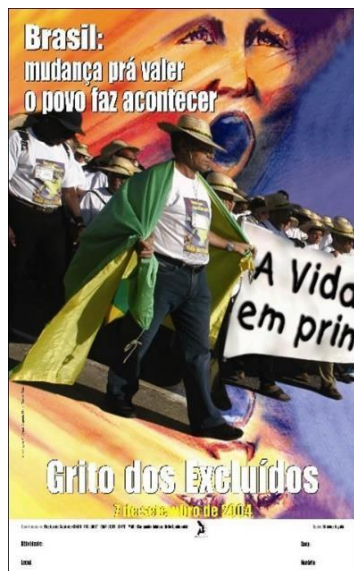
Tirem as mãos... o Brasil é nosso chão

O Grito ecoa na defesa das riquezas naturais do Brasil e da vida dos brasileiros e brasileiras contra os ataques de um neoliberalismo, cada vez mais exacerbado, e questiona a política econômica do país que compromete a soberania nacional e gera, a cada ano, mais exclusão social. Também grita em defesa da vida e da população sufocada pela pobreza, desemprego, violência. Anuncia valores e caminhos novos em função da construção de uma sociedade nova. O conceito de soberania pressupõe relações internacionais e que cada país deve manter sua postura de nação livre e autônoma.



2004

Brasil: Mudança pra valer, o povo faz acontecer

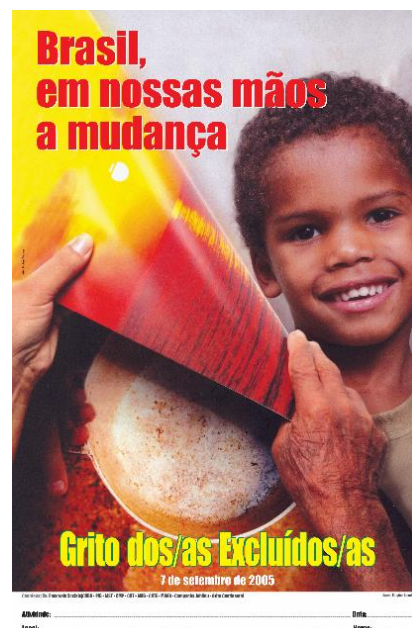


O lema trouxe o desafio da articulação e construção coletiva do Brasil que queremos e que a mudança não seja apenas uma palavra retórica. Mas uma ação sócio-política em marcha, com milhares de outras iniciativas, que pretendem apontar ou fortalecer caminhos alternativos para a concretização da utopia de uma sociedade justa solidária. Discute No período de 7 de setembro a 3 de outubro, o povo foi chamado a intensificar a campanha “Meu voto é contra a Alca, Livre Comércio, Dívida e Militarização”, com o objetivo de politizar as eleições e estimular o debate.

2005

Brasil: em nossas mãos a mudança

Como símbolo: a panela vazia. Ou seja, após tomarmos consciência dos direitos de cidadania, da necessidade de um novo rumo à política econômica, da complexidade da globalização e da urgência das mudanças – trata-se agora de tomar o projeto em nossas próprias mãos. Neste ponto, convém salientar que o Grito não caminha só, mas em articulação com outras iniciativas que lutam igualmente por mudanças na sociedade. Entre elas, vale destacar as Semanas Sociais Brasileiras, a Campanha contra a ALCA, a Consulta Popular, o Grito Continental, o Mutirão contra a fome e a miséria, a Campanha da Fraternidade, e assim por diante.



2006



Brasil: na força da indignação, sementes de transformação

Destacou-se os três ingredientes que formaram o conteúdo do lema: a força da indignação, as sementes e a transformação social, na busca da construção de uma pátria forte, justa e soberana.

2007

Isto não Vale! Queremos Participação no destino da Nação

Nos leva a refletir o que vale e o que tem valor e o que não vale, o que não tem valor para a construção do projeto popular para o Brasil. Com certeza não vale: o neoliberalismo; a atual política econômica: não realiza a reforma agrária; a crescente exclusão social, a fome, a privatização do público; modelo econômico; a corrupção, a



impunidade, a guerra, a violência, as ocupações militares como no Iraque e no Haiti. Com certeza o que vale e o que tem valor: o protagonismo popular; os grupos de base; a generosidade, a confiança, a solidariedade, a ética, a transparência, a amizade, partilha, a alegria, enfim o que vale é a dignidade da vida. E por fim o desafio de realizar o Plebiscito Popular pela Anulação do Leilão da Vale, rediscutindo as privatizações e a redução das taxas de energia. Bem como realizar a formação e organizar pequenos grupos na base.

2008



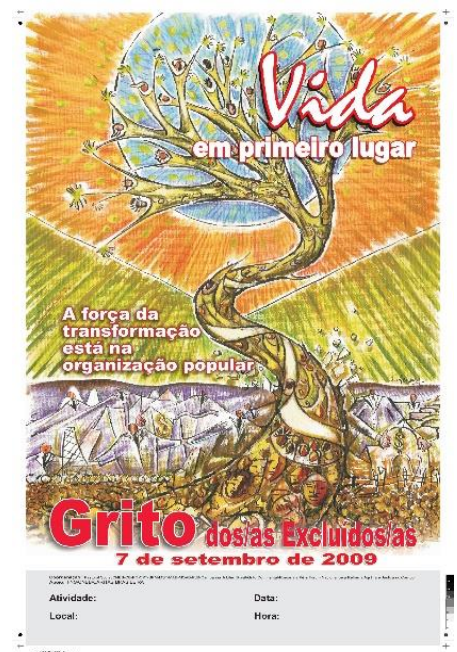
Direitos e participação popular

Pessoas em movimento, com bandeiras se misturando à natureza e à cidade. Elementos da água e terra e imagem em destaque de uma criança ao lado de uma pessoa ajudando outra em situação de exclusão. Ambas sendo sustentadas por uma grande mão. Outras mãos retiram lixo do rio (abaixo à esquerda) e uma outra mão semeando a vida (abaixo à direita

2009

A força da transformação está na organização popular

O lema nos convoca e desafia a pensar e discutir com a sociedade atual a crise do capitalismo, que mais uma vez deixa a conta para os pobres pagarem, e a necessidade de construir um novo projeto de sociedade onde a dignidade da vida esteja em 1º lugar. Vida digna e justa é mais do que mera sobrevivência, exige mudança e condições reais que garantam as aspirações básicas do ser humano.



2010

Onde estão nossos direitos? Vamos às ruas para construir um projeto popular



O lema nos chama a discutir dois pontos: a vida e os direitos. Destacamos a violência que vem exterminando a juventude brasileira; a Campanha da Fraternidade deste ano; o processo eleitoral, centrando a discussão em critérios éticos para a construção de uma democracia popular. E a participação no Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade da Terra, que pauta um dos temas cruciais para a construção de um verdadeiro Projeto Popular: a questão fundiária e agrária do

país. Em ano eleitoral, trata-se de levar os candidatos a se pronunciarem sobre o tema, sabendo que a bancada ruralista, no Congresso Nacional, constitui historicamente um dos setores mais retrógrados e avessos a mudanças substanciais.

2011

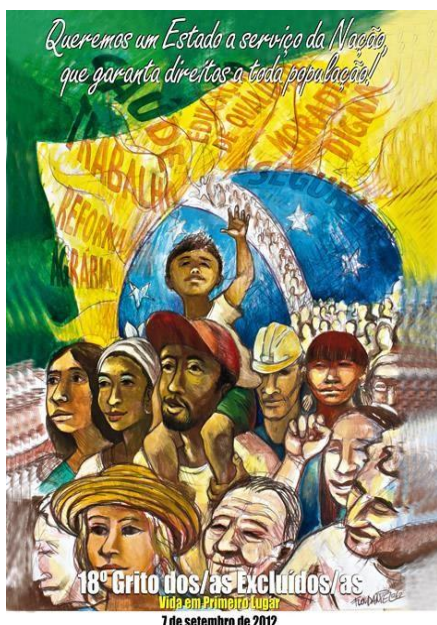
Pela vida grita a TERRA... Por direitos, todos nós!

O lema nos chama a discutir em caráter nacional e global. O grande desafio é passar de um modelo de exploração, que visa tirar o máximo de lucro da natureza e da força humana, a um novo modelo de cuidado, preservação e cultivo da vida. Modelo que prima pela convivência justa, solidária e fraterna, em relações de convivência com as demais formas de existência, permitindo que a Terra se converta numa fonte perene de vida. Prevalece a necessidade de apoiar e fortalecer todas as iniciativas populares que buscam reciclar e reorganizar a relação dos seres humanos com a biodiversidade do Planeta. Em nível global, somos convidados a uma rede de solidariedade, onde os direitos básicos dos seres humanos se complementam com políticas amplas e abrangentes de preservação e respeito ao meio ambiente, priorizando o desenvolvimento sustentável.



2012

Queremos um Estado a serviço da Nação, que garanta direitos a toda população!

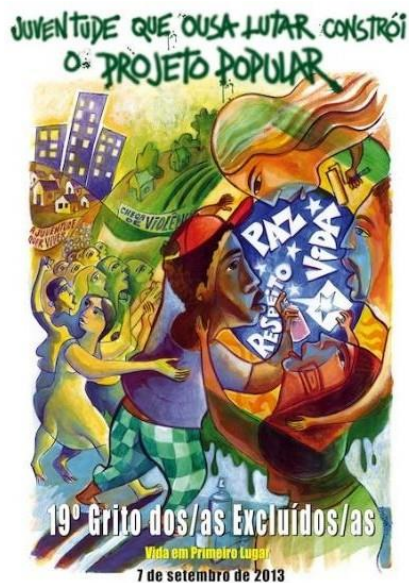


A 18ª edição do Grito dos Excluídos nos convida a debater o papel do Estado, que deve estar a serviço das necessidades básicas da população, um Estado que deve levar em conta os gritos que irrompem do chão, dos porões da sociedade, das ruas e campos, do cotidiano dos trabalhadores e suas famílias. O lema nos permite compreender que o Estado hoje não vê e não ouve o clamor que vem das bases, está permeado pela corrupção e por uma relação, muitas vezes, promíscua entre os diferentes poderes.

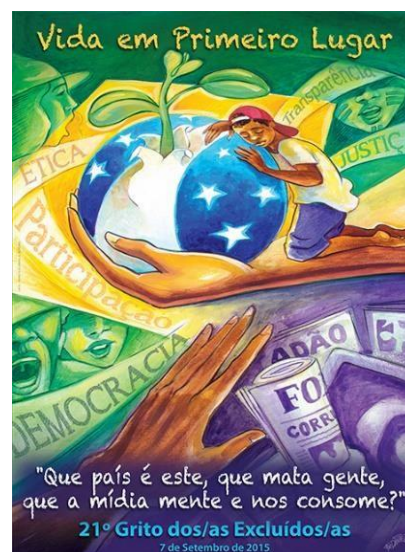
2013

Juventude que ousa lutar constrói o projeto popular

O lema nos insere nos debates da 5ª Semana Social Brasileira quem tem como tema *Estado para que e para quem?* Também repercute os gritos que ressoaram por todo o país no mês de junho. Centenas de milhares de pessoas soltaram no ar reivindicações e protestos há muito sufocados e reprimidos. Em sintonia com a Campanha da Fraternidade de 2013 – Fraternidade e Juventude. É no bojo desse processo que se engendra o chamado Projeto Popular para o Brasil. Projeto que, como sabemos, não nasce em laboratório, nem pela ação de alguns iluminados. Em verdade, ele já está em curso, nos milhares de iniciativas de combate por uma sociedade justa, solidária, social e ecologicamente sustentável.



2014



2016



Este sistema é insuportável. Exclui, degrada, mata!

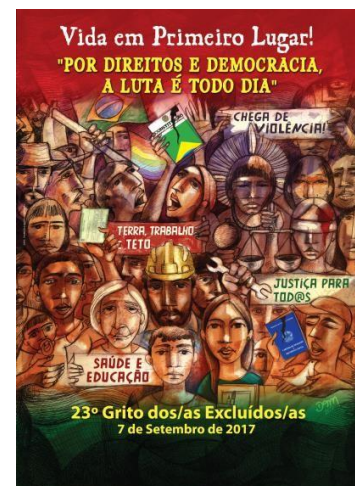
O lema do Grito nasceu, este ano, a partir de uma afirmação do Papa Francisco. É notório que nos momentos de crise, seja política, econômico-social, que estes sistemas não suportam as mulheres, os pobres, os negros, os excluídos da sociedade. O lema perpassa, então, pelas várias crises, inclusive a humanitária. Cada vez mais se vive em guetos, se alimenta a intolerância, se destroem os valores humanos. E a engrenagem do sistema passa por cima de quem não compactua com as regras de

sobrevivência e da própria vida em sociedade.

2017

Por direitos e democracia, a luta é todo dia

O lema reforça o próprio caráter coletivo e contínuo do Grito, lembrando que a luta é todo dia. Faz parte de uma construção, de um processo de reflexão, formação, organização e mobilização popular na perspectiva de uma nova sociedade.



2018

Desigualdade gera violência: Basta de privilégios!



O Brasil vive uma desigualdade social, cada vez maior, entre os poucos endinheirados e os milhões de despossuídos. Este sistema não permite que a Vida esteja em primeiro lugar, porque privilegia o capital. Diante disso, o Grito se constitui em um espaço onde as pessoas se sintam capazes de lutar pela mudança, através da organização, mobilização e resistência popular. O cartaz retrata a união dos marginalizados e do povo sofrido que luta por vida mais digna. Esse povo unido caminha para o sol, que ilumina todas as classes. O sol para o qual esse povo se volta é Cristo que, pela Páscoa, dissipa todas as trevas e clareia todas as coisas. A força da MULHER como figura principal, como geradora da vida, que une as forças e luta com o povo sofrido, especialmente na atual conjuntura que vive o povo brasileiro.

2019

”Este sistema não Vale! Lutamos por justiça, direitos e liberdade”



O ano de 2019 tem sido marcado por uma conjuntura muito adversa para os pobres: cerceamento da liberdade, retirada de direitos conquistados, aumento do desemprego, volta da fome, violência contra os menos favorecidos... Assim, o lema desta edição, mais uma vez, alerta para a insustentabilidade deste sistema. O Grito mantém sempre seu objetivo de defender a vida em primeiro lugar, anunciando a esperança de um mundo melhor e promovendo ações de denúncia dos males causados por este modelo econômico.